

A referida associação funciona regulamente há mais de um ano e a sua diretoria é composta por pessoas idôneas, que não recebem nenhuma remuneração, lucro, gratificação, bonificação ou vantagem pelo exercício de suas funções, conforme atesta o Senhor Eduardo Rabelo Fonseca, prefeito do município de Francisco Dumont-MG.

A aprovação desse projeto de lei contribuirá para o fortalecimento e protagonismo da Associação dos Trabalhadores Rurais Córrego do Ouro.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do nosso projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 7.767/2021, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o aumento do ICMS quanto às seguintes questões: por que a alíquota de ICMS sobre combustíveis no Estado é uma das maiores do País; qual a política de reajuste adotada; qual é o volume de arrecadação mensal e anual em valores não desagregados; qual o impacto na arrecadação esperado com o aumento dos combustíveis; na arrecadação líquida, retirando-se os repasses da fonte contributiva, de qual forma os recursos são distribuídos e gastos, especificando-se em valores desagregados de aplicação efetiva; por que não há subsídio ao consumidor final em período de pandemia; qual é a contrapartida para a sociedade e consumidores, considerando-se ser exagerada e disforme a alíquota aplicada em cada estado da Federação; somando-se a arrecadação líquida do ICMS sobre combustíveis e o IPVA, quais rodovias estaduais serão reformadas e beneficiadas com os impostos arrecadados e quais são os planejamentos de melhorias das referidas rodovias. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.768/2021, do deputado Carlos Henrique, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que, no investimento a que se refere o código 1301, Ação 2039, Grupo 4, estatuído no Anexo I do Projeto de Lei nº 2.508/2021 – Plano de recuperação de rodovias pavimentadas em pior estado de conservação –, seja contemplada a MG-406, que liga o Município de Almenara ao Distrito de Pedra Grande, continuação da BR-251. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 7.769/2021, da deputada Ana Paula Siqueira e outras, em que requerem seja formulada manifestação de apoio às vereadoras Moara Saboia, do Município de Contagem, e Dandara Tonantzin, do Município de Uberlândia, tendo em vista os ataques racistas e machistas dos quais foram vítimas durante sessões remotas realizadas pelas câmaras municipais que integram. (– À Comissão dos Direitos da Mulher.)

Nº 7.770/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e ao Ministério da Saúde pedido de providências para inclusão dos conselheiros tutelares no grupo prioritário do Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação contra a Covid-19. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.771/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Entre Folhas pelos 29 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.772/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ipaba pelos 29 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.773/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Uaporanga pelos 29 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.774/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Uaporanga pelos 29 anos desse município. (– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pela deputada Rosângela Reis. Anexe-se ao Requerimento nº 7.773/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 7.775/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Santana do Paraíso pelos 29 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.776/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ipatinga pelos 57 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.777/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de João Monlevade pelos 57 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.778/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Timóteo pelos 57 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.779/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que o prazo de validade do certame regido pelo edital CFS/CSTSP – PMMG 2020/2020 seja prorrogado, de modo a permitir o aproveitamento dos candidatos já aprovados, porém excedentes.

Nº 7.780/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos membros da Comissão de Promoção de Praças – CPP-PMMG – pedido de informações sobre a deliberação relativa à promoção do Cb. PM Fábio Pereira Lima, objeto do Requerimento em Comissão nº 7.555/2020, por meio do qual solicitou-se o reconhecimento de seu ato de bravura, ocorrido em 21/5/2019, que resultou na detenção de um atirador que invadiu uma igreja evangélica no Município de Paracatu. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.781/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para que as ocorrências originárias do destacamento da Polícia Militar do Município de Ponto Chique sejam encerradas, durante e após o expediente, na delegacia de polícia sediada em Pirapora, a 100 km de distância, de estrada asfaltada, uma vez que, atualmente, durante o expediente, os policiais militares lotados em Ponto Chique encerram as ocorrências em Brasília de Minas, também a 100 km de distância, dos quais 40 km de estrada de terra, e, após o expediente, precisam se deslocar até Januária, que se encontra a 211 km de distância.

Nº 7.782/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que os cabos que ingressaram na Corporação em 2005 também sejam convocados para o Curso Especial de Formação de Sargentos de 2021 – CEFS/2021 – , tendo em vista que, nos termos do Memorando Circular nº 10.018.3/2021 – EMPPM –, o curso se iniciará na modalidade Ensino a Distância – EaD –, o que permite alcançar um número maior de policiais militares, observadas as premissas constantes no próprio documento, quais sejam: restrições orçamentárias e a necessidade da adoção de medidas profiláticas e protocolos sanitários voltados para a prevenção da covid-19.

Nº 7.783/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que, em primeiro lugar, seja reavaliada solicitação anterior e sejam convocados os candidatos excedentes no concurso público destinado à seleção para o Curso de Formação de Oficiais da PMMG/2020, e, caso não seja possível neste momento, se determine a prorrogação do certame para a formação de nova turma oportunamente, nos termos da Lei nº 23.750, de 2020, em seu art. 24.

Nº 7.785/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado pedido de providências para que os valores pagos a título de pena de prestação pecuniária sejam destinados preferencialmente aos conselhos comunitários de Segurança Pública – Conseps –, entidades sem fins lucrativos que se preocupam com o bem-estar alheio e com a segurança pública como um todo.

Nº 7.787/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado pedido de providências para averiguar, nos termos de suas atribuições institucionais, a legalidade dos contratos e das atividades de cogestão implementadas pela Oscip Instituto Elo no âmbito do sistema socioeducativo do Estado, considerando-se

várias denúncias de irregularidades apresentadas durante audiência pública da comissão, relacionadas, por exemplo, à utilização, por monitores e representantes da entidade conveniada, de veículos oficiais do Estado; ao fornecimento, pelo Estado, de alimentação às unidades socioeducativas de responsabilidade da entidade, a despeito da anterior disponibilização de recursos públicos para tal finalidade; e ao emprego de servidores, incluindo agentes de segurança socioeducativos de carreira, para treinamento ou capacitação de funcionários da entidade conveniada, com a interposição, se for o caso, das medidas administrativas e judiciais inerentes à suspensão do referido contrato de gestão.

Nº 7.789/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja concedida promoção por ato de bravura ao Cb. PM Henrique Santos Araújo e à Sd. PM Raissa Ismelina Soares de Oliveira, pela exitosa e corajosa operação, em 3/3/2021, em que salvaram a vida da idosa Sra. Edny Prestes Aguiar, em meio ao incêndio que atingiu sua residência, em São Francisco.

Nº 7.790/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências para que seja dada publicidade aos atos que suspenderam ou prorrogaram os concursos públicos para o Curso de Formação de Soldados de respectivas instituições, garantindo-se o acesso à informação aos candidatos excedentes nos mencionados certames.

Nº 7.791/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para atuar, com a urgência que o caso requer, por meio da delegacia de polícia responsável pela circunscrição, na apuração, inclusive com a pertinente realização dos laudos de corpo de delito, de fatos ocorridos no âmbito do Centro Socioeducativo Santa Clara, nesta capital, em 27/4/2021, que envolvem o espancamento de adolescentes dentro da referida unidade por monitores do Instituto Elo, segundo denúncia recebida pela comissão.

Nº 7.792/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro pedido de informações sobre os Registros de Ocorrência nºs 016-11412/2019 e 016-11494/2019, em nome de Flávia Caroline de Andrade Eller, em complementação ao Ofício nº 32, encaminhado a esta Casa em resposta ao Requerimento em Comissão nº 6.179/2019, que tem por objeto a solicitação de providências para apuração das circunstâncias que envolveram a agressão sofrida pela *youtuber* Karol Eller, apoiadora do presidente Jair Bolsonaro, em 15/12/2019, na praia da Barra da Tijuca.

Nº 7.793/2021, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações consubstanciadas em relatório pormenorizado sobre a remuneração dos servidores que ocupam cargos da alta gestão, tais como presidência, vice-presidência, diretorias, conselhos e auditorias. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.794/2021, da Comissão de Agropecuária, em que requer seja encaminhado ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e ao Banco do Brasil pedido de providências para viabilizar a renegociação das dívidas dos cafeicultores em razão da seca histórica que prejudicou a produção de café nas regiões Sul e Sudeste de Minas Gerais, tendo em vista a ampliação dos recursos do Funcafé, autorizada pelo Conselho Monetário Nacional.

Nº 7.795/2021, do deputado Leonídio Bouças, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para incluir os agentes de trânsito na lista de prioridade de imunização das Forças de Segurança Pública, Forças Armadas e de Salvamento. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 7.796/2021, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o valor total gasto pelas secretarias e autarquias do Estado com publicidade durante a pandemia de covid-19, incluindo-se os gastos com emissoras de televisão, jornais e materiais impressos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.798/2021, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação – SEE – pedido de informações sobre os dados relativos à distribuição de *kits* de alimentação aos alunos da rede estadual, adquiridos

com recursos da merenda escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae –, especificando-se o quantitativo de alunos contemplados pela iniciativa até o momento, quais e quantas escolas obtiveram êxito em realizar de forma integral a distribuição desses kits e o comparativo do público atendido, antes e depois da liberação adicional de R\$170 milhões, anunciada pela pasta em 2/3/2021. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.800/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Romaria pelos 58 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.801/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Saudade pelos 58 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.802/2021, do deputado Bosco, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Tapira pelos 58 anos desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 7.804/2021, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com Diogo Oliveira de Souza, ex-aluno da rede pública de educação do Município de Caeté, pela aprovação com bolsa integral na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. (– À Comissão de Educação.)

Nº 7.805/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para aquisição de 780 conjuntos de carteiras escolares para a Escola Estadual Professor Samuel João de Deus, localizada no Município de Paula Cândido.

Nº 7.806/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que não ocorra nenhum processo de municipalização na Escola Estadual São Domingos, localizada no Distrito de São Pedro do Passa Três, no Município de Buritis, tendo em vista o posicionamento contrário do colegiado escolar e dos profissionais da escola, além da ausência de consulta prévia à comunidade escolar da região.

Nº 7.807/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que o governo de Minas avance no processo de vacinação da população em todas as regiões do Estado antes de oficializar a retomada das aulas presenciais e que adote medidas para viabilizar as condições de segurança sanitária para um retorno seguro das atividades presenciais, como: controle da pandemia, com a massificação da vacinação; plano de testagem no local de trabalho para identificar e isolar possíveis casos, impedindo maior propagação do vírus; adaptações estruturais adequadas que permitam ventilação e distanciamento nas escolas; e destinação de recursos para cumprimento de protocolos rígidos por parte das escolas.

Nº 7.808/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam priorizados os processos de remoção de servidores na área da educação no Estado, medida de extrema importância para a diminuição da propagação dos casos de covid-19, já que possibilita a esses profissionais trabalhar mais próximos das suas residências evitando a utilização de transporte público e diminuindo os riscos de infecção.

Nº 7.809/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências com vistas a que seja apresentado estudo técnico, validado e referendado pela comunidade acadêmica, justificando o lançamento do edital do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – 2023, publicado no *Diário Oficial da União*, em 12 de fevereiro, o qual altera as regras para produção das obras didáticas de português e matemática, destinadas aos alunos da rede pública brasileira, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental; sejam apresentadas, especificamente, a justificativa e a necessidade das alterações realizadas, bem como da retirada do trecho “compromisso educacional com a agenda da não violência contra a mulher” e de expressões como “democráticos” e “respeito à diversidade”, presentes no edital anterior, lançado em 2019; sejam apresentados os motivos da exclusão de termos envolvendo conceitos como a “abordagem negativa da mulher” e “do racismo”, em anos básicos; e

seja informado se houve uma consulta pública para elaboração desse edital e ampla discussão com a sociedade sobre essa proposta de modificação.

Nº 7.810/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Educação – MEC – pedido de providências para suspensão do edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático 2023 – PNLD 2023 –, nos termos de sua publicação no *Diário Oficial da União*, em 12 de fevereiro, visto que as alterações propostas ferem diretamente as políticas de valorização da diversidade sociocultural e regional brasileira, além de não garantirem uma formação coerente com os princípios norteadores e as diretrizes do próprio PNLD, que estabelecem a valorização de condutas éticas e democráticas.

Nº 7.811/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para que os candidatos classificados para as vagas do concurso público do Edital 2018 sejam, o mais breve possível, convocados e nomeados, tendo em vista a defasagem do quadro de pessoal da companhia, o que vem interferindo na prestação e qualidade de seus serviços.

Nº 7.813/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para, reiterando-se o teor do Requerimento em Comissão nº 10.645/2017 (Requerimento nº 9.448/2017), seja apreciada a solicitação da Sra. Ana Paula de Fátima Coelho quanto à possibilidade de exercer suas funções na unidade da Uemg da cidade de Passos, uma vez que cumpriu o período de estágio probatório.

Nº 7.814/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre os critérios utilizados pela Copasa-MG para determinar a divisão e o pagamento, no ano de 2020, aos acionistas dos lucros e dividendos da empresa, por ocasião da distribuição dos dividendos extraordinários, no valor total de R\$ 820.000.000,00, em especial no que diz respeito ao cumprimento da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, marco legal do Saneamento Básico no Brasil, que alterou o art. 11 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que impacta diretamente na distribuição dos dividendos, estabelecendo, no § 5º do referido artigo, que “fica vedada a distribuição de lucros e dividendos, do contrato em execução, pelo prestador de serviços que estiver descumprindo as metas e cronogramas estabelecidos no contrato específico da prestação de serviço público de saneamento básico”, bem como sobre os valores reinvestidos para melhoria e modernização da própria empresa e sobre as metas estabelecidas pela Arsae e o cumprimento destas. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 7.815/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado aos 81 senadores e aos 513 deputados federais pedido de providências para que seja apreciado com urgência o Projeto de Lei nº 6.726/2016, que tramita na Câmara dos Deputados e visa acabar com os chamados “supersalários”.

Nº 7.816/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov – pedido de providências para viabilizar a suspensão dos descontos de empréstimos consignados em folha dos servidores públicos, civis e militares, tendo em vista o longo período transcorrido desde o início da pandemia provocada pela covid-19, a qual afeta, determinadamente, os orçamentos familiares.

Nº 7.817/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para que proceda à nomeação dos candidatos aprovados no concurso do TCE-MG em vigor.

Nº 7.818/2021, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam reparados, em carácter de urgência, os erros no *site* ou no sistema destinado ao cadastro dos professores em designação para contratação temporária na rede pública estadual de educação, que, conforme, relato de usuários de diversas regiões, vem apresentando problemas ligados à falta de informação do cargo, ausência de dados relacionados a vaga, de ser